JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.483 – Brasília, quinta-feira, 26 de outubro de 2006

Moreira Mariz

ACM PEDE INVESTIGAÇÃO SOBRE JUDICIÁRIO BAIANO

Página 4

Alvaro quer transformar sacoleiros em microempresários

Relatando sua participação em reunião da Câmara de Comércio de Tecnologia da Informação do Paraguai e conversa telefônica com o presidente do país, Nicanor Duarte, o senador Alvaro Dias (*foto à direita*) propôs que o governo brasileiro faça pequenas alterações na lei, permitindo que os chamados sacoleiros da cidade fronteiriça de Foz do Iguaçu (PR) se transformem em microempresários. **Página 4**

Roosevelt Pinheiro

CPI recebe documentos e marca audiências com ex-ministros da Saúde

Biscaia marca para 7 e 8 de novembro reuniões destinadas a ouvir José Serra, Barjas Negri, Humberto Costa e Saraiva Felipe. Hoje, comissão deve receber mais documentos do inquérito sobre tentativa de compra de dossiê contra tucanos. **Página 3**

Márcia Kalume

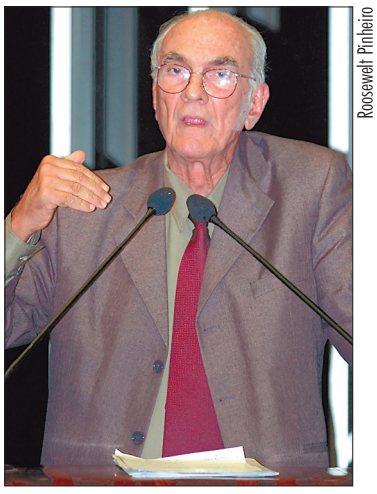
A CPI dos Sanguessugas deve se reunir na próxima terça-feira para ouvir envolvidos na tentativa de compra de dossiê contra tucanos

Projeto obriga governo a fazer pregões eletrônicos

O uso de pregão eletrônico para compras governamentais de bens e serviços é previsto em projeto que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sugerida pela CPI dos Bingos, a proposta visa coibir o uso de carta-convite, identificada como instrumento para fraude no processo licitatório. **Página 3**

Saturnino homenageia "Pai da Lei das Sociedades Anônimas"

O jurista José Luiz Bulhões Pedreira, conhecido como o "Pai da Lei das Sociedades Anônimas", recebeu homenagem póstuma de Roberto Saturnino. Segundo o senador, Pedreira se notabilizou pelos trabalhos na regulação da atividade econômica. **Página 4**



Roosevelt Pinheiro

Saturnino aponta contribuição de Bulhões Pedreira na regulação da economia

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS

Projeto de lei determina que exames sejam feitos por estabelecimentos públicos do ensino fundamental em crianças de cinco anos para obter diagnóstico precoce e tratar deficiências

Escolas poderão ser obrigadas a fazer testes visual e auditivo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar em novembro projeto que obriga a realização de exames de acuidade visual e auditiva em crianças matriculadas em escolas públicas do ensino fundamental. A autoridade que deixar de prestar o diagnóstico pode cumprir pena de até dois anos de prisão, segundo a proposta.

Pelo projeto, relatado por Papaléo Paes (PSDB-AP), os estabelecimentos públicos de ensino fundamental submeterão a exames todas as crianças de cinco anos, a fim de realizar o diagnóstico precoce e o tratamento das deficiências. Na hipótese de deixar de oferecer diagnóstico e tratamento auditivo, a autoridade sanitária poderá ter de cumprir pena de seis meses a dois anos, se a omissão for considerada dolosa, e de dois a seis meses de prisão mais multa, em caso de crime culposo.

Roosewelt Pinheiro

Relatada por Papaléo, proposta prevê sanção para falta de diagnóstico

O PLC 99/03 dispõe ainda sobre ações a serem tomadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em atenção à saúde de portadores de diversas doenças congênitas. A proposta modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e a lei que trata do planejamento familiar (9.263/96), obrigando o SUS a promover programa de registro, controle e assistência integral às pessoas portadoras de hemoglobinopatias (anemias de origem genética); fenilcetonúria (ausência de uma enzima que impede a metabolização do aminoácido fenilalanina e que pode causar deficiência mental); hipotireoidismo (diminuição do funcionamento da glândula tireóide) e fibrose cística ou mucoviscidose (doença de origem genética que causa mau funcionamento de glândulas do organismo).

Paulo Octávio defende maior investimento externo na aviação

Na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevista para 8 de novembro, deverá ser analisado, em decisão terminativa, projeto que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86) para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo. A proposta é do senador Paulo Octávio (PFL-DF) e conta com o parecer favorável do relator da matéria, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A alteração proposta pela matéria (PLS 184/04) aumenta de 20% para 49% o limite de participação dos investidores estrangeiros no capital votante das empresas aéreas, conforme explica o relator.

"Essa mudança assume grande importância em termos de fomento ao setor de aviação civil nacional e contribui para o estímulo ao ingresso de investimentos estrangeiros em um setor que tem padecido com crises em decorrência da escassez de recursos", esclarece Eduardo Azeredo.

Roosewelt Pinheiro

"Setor enfrenta crises por falta de recursos", afirma Paulo Octávio

Proteção

Outro projeto que também deverá ser analisado em decisão terminativa pela CCJ é a proposta do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que fixa normas de proteção à vítima e à testemunha de delito. A matéria conta com o parecer favorável do relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

O PLS 173/01 determina que as medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de colaboração com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos estados e pelo Distrito Federal.

Heloísa quer estender auxílio-acidente a empregado doméstico

A Comissão de Assuntos Sociais deverá votar nas próximas reuniões, em decisão terminativa, projeto de lei que estende aos trabalhadores domésticos o direito ao auxílio-acidente (PLS 163/06). A proposta da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) concede tratamento isonômico ao empregado doméstico, que, conforme a parlamentar, é uma categoria discriminada, constituída principalmente por mulheres.

Segundo a lei que trata sobre os planos de benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91), o auxílio-acidente é uma indenização concedida ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente de trabalho, resultar seqüela que implique redução da capacidade laborativa que exercia habitualmente antes do acidente.

A matéria da senadora prevê mudanças na lei que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui o plano de custeio (Lei 8.212/91). A intenção é alterar nesta última lei o artigo 24 – que discrimina em 12% do salário do empregado doméstico a contribuição do patrão para a Previdência – que passaria a prever também uma contribuição adicional, por parte do empregador, destinada a financiar o auxílio-acidente.

José Cruz

Heloísa propõe adicional à contribuição atualmente paga pelo empregador

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço **www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx**

Pronunciamentos no Plenário

Os senadores reúnem-se hoje, a partir das 14h, em sessão não-deliberativa. O encontro é destinado a debates entre os parlamentares, aos comunicados das lideranças e da Mesa diretora e à apresentação e leitura de propostas. Entre os oradores estão Ideli Salvatti (PT-SC) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Visite o Senado

A Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal oferece visitas guiadas por toda a Casa. Os passeios começam no Salão Negro e incluem visita ao Plenário. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 3311-3388.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, e Miquéas D. de Morais
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail*: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Alvaro Dias e pela senadora Heloísa Helena

Moreira Mariz

Proposta da CPI dos Bingos restringe o uso de carta-convite para evitar corrupção

Projeto torna obrigatório o pregão eletrônico nas compras do governo

A utilização do pregão eletrônico para as compras governamentais de bens e serviços pode se tornar obrigatória. Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei 277/06, proposto pela CPI dos Bingos.

A proposição restringe a modalidade de carta-convite nas licitações públicas a situações excepcionais, visando diminuir a corrupção na esfera do governo. Em seu relatório final, a CPI dos Bingos concluiu que a modalidade da carta-convite é geralmente utilizada para a "dissimulação e a fraude do certame licitatório, onde são freqüentemente convidadas duas empresas 'fantasmas' para 'concorrer' com aquela que se deseja contratar".

O projeto cria o pregão eletrônico de urgência, que permite a dispensa de licitação quando a contratação não possa, comprovadamente, aguardar mais de 48 horas, o que resultará em critérios para julgar posteriormente os abusos na declaração de urgência. A utilização da carta-convite ficará restrita aos casos em que, "por razões técnicas", seja inviável a utilização do pregão eletrônico e o adiamento da compra resulte em ônus para os cofres públicos.

Para isso, prevê que seja feito despacho fundamentado, cuja cópia deverá instruir notificação ao Tribunal de Contas, a ser apresentada pelo menos 48 horas antes do recebimento das propostas.

Líder do PSDB pede esclarecimento sobre ação da Polícia Federal

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, solicitou ontem que o presidente do Senado, Renan Calheiros, por meio da Advocacia Geral da Casa, entre com uma representação na Corregedoria da Polícia Federal para apurar episódio que teria acontecido pela manhã, na cidade de Marabá (PA), envolvendo o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Segundo Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro foi acordado por volta das 6h da manhã pela delegada e por agentes da Polícia Federal da cidade, que teriam aberto à força uma mala do parlamentar, sob a alegação de que estaria sendo cumprido um mandado de busca e apreensão. A ação não se dirigiria, no entanto, especificamente, a Flexa Ribeiro, e o apartamento do senador teria sido "escolhido arbitrariamente".

"Esse é o estado policial que o governo Lula parece querer implantar. A Polícia Federal, respeitável instituição, com tantos e relevantes serviços prestados ao país, vem sendo forçada a atuar como instrumento de terrorismo político do governo petista do presidente", observou Arthur Virgílio, acrescentando que se tratou de um ato de "flagrante arbitrariedade".

Virgílio informou que também entrou em contato com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, solicitando "providências cabíveis para que o clima eleitoral não venha a causar arranhões no regime democrático que todos nós devemos preservar".

O senador Flexa Ribeiro não foi encontrado para comentar o caso.

Suposto envolvimento de ministério em irregularidades na compra de ambulâncias superfaturadas deverá ser questionado pela comissão

CPI ouve ex-ministros da Saúde nos dias 7 e 8

O presidente da CPI dos Sanguessugas, Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), marcou para os dias 7 e 8 de novembro as reuniões destinadas a ouvir os ex-ministros da Saúde José Serra, Barjas Negri, Humberto Costa e Saraiva Felipe. Eles foram convidados a prestar esclarecimentos à comissão sobre denúncias de envolvimento do Ministério da Saúde, durante suas gestões, no esquema de compra superfaturada de ambulâncias por prefeituras, com uso irregular de recursos do Orçamento.

No dia 7, deverão ser ouvidos dois ex-ministros do governo Fernando Henrique Cardoso: às 11h, o governador eleito de São Paulo, José Serra, que esteve à frente da pasta de março de 1998 a fevereiro de 2002, e, às 15h, Barjas Negri, titular no período de fevereiro a dezembro de 2002. No dia seguinte, serão tomados depoimentos dos dois ex-ministros do governo Lula: às 11h, Humberto Costa, que ocupou o cargo de janeiro de 2003 a julho de 2005, e, às 15h, Saraiva Felipe, que deixou o ministério em março deste ano.

José Cruz

Biscaia agenda para terça-feira depoimentos sobre suposto dossiê

Dossiê

Biscaia já agendou os depoimentos do ex-secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho Oswaldo Bargas e do ex-diretor do Banco do Brasil Expedito Veloso. Em reunião marcada para a 15h do dia 14, eles deverão prestar esclarecimentos sobre a tentativa de negociação entre pessoas ligadas ao PT e o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, para a compra do dossiê que supostamente contém informações que envolveriam políticos do PSDB com a máfia das ambulâncias.

O episódio do dossiê será discutido pela CPI na reunião de terça-feira, às 14h, quando serão inquiridos o advogado Gedimar Passos, o empresário Valdebran Padilha e o ex-analista de mídia e risco da campanha para a reeleição do presidente Lula, Jorge Lorenzetti. Os três foram convocados pela CPI para esclarecer denúncias que apontam sua participação nas negociações.

A comissão de inquérito ainda vai definir as datas para os depoimentos de Ricardo Berzoini, ex-coordenador da campanha de Lula e presidente licenciado do PT; de Freud Godoy, ex-assessor de Lula; e de Hamilton Lacerda, ex-coordenador de comunicação da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao governo de São Paulo.

Jungmann quer regras claras para acesso aos documentos

O vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), apresentou ontem requerimento solicitando ao presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), que disponibilize os documentos em poder do colegiado. Jungmann quer que o vice-presidente, relatores, sub-relatores e seus assessores tenham acesso tanto às informações produzidas pela própria CPI como às recebidas de diversos órgãos.

Jungmann disse que não existem procedimentos claros em relação ao acesso dos integrantes da CPI aos documentos da comissão. Ele destacou que os parlamentares conhecem o Código de Ética da Casa e sabem que, ao acessar os documentos mediante assinatura do termo de responsabilidade, respondem pelo uso que fizerem das informações.

– Vamos estabelecer regras claras e dar a responsabilidade a cada um. O que eu quero é que se tenha um procedimento de acesso às informações que não esteja sujeito a chuvas e trovoadas, a disputas ou ao arbítrio pessoal de quem quer que seja. Quero que seja normatizado para que todo mundo tenha acesso – afirmou.

Para o deputado, as investigações sobre o esquema de compra superfaturada de ambulâncias com a utilização irregular de recursos do Orçamento deveriam ser públicas, com a possibilidade de toda a sociedade ter acesso a elas.

Comissão deve receber hoje restante de inquérito da PF

A CPI dos Sanguessugas deve receber hoje a documentação restante do inquérito que corre na Polícia Federal em Cuiabá sobre a tentativa de compra, por petistas, do dossiê contra candidatos do PSDB. De acordo com a secretaria da comissão parlamentar de inquérito, o juiz federal responsável pelo processo contra os sanguessugas, Jefferson Scheneider, concordou em enviar os documentos, em vez de remetê-los por um portador do colegiado.

A secretaria não detalhou os itens a serem enviados por Scheneider. Na terça-feira, o vice-presidente da comissão, deputado Raul Jungmann, disse que, na primeira remessa (relatório da PF e transcrição de depoimentos de Luiz Antônio Trevisan Vedoin e de outros integrantes da máfia das ambulâncias), faltaram os dados obtidos com a quebra do sigilo telefônico e bancário dos envolvidos na compra do dossiê e fitas de vídeo com imagens da movimentação de alguns deles em hotel de São Paulo.

– Se vamos inquirir essas pessoas, temos de nos preparar, analisando todo o material – argumentou o deputado.

Jungmann foi um dos parlamentares que estiveram ontem na sala da comissão para examinar o relatório e as notas dos interrogatórios. Também tiveram acesso aos documentos o relator da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), e a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Senador propõe mudanças na legislação brasileira, de forma a legalizar a atividade das pessoas que vivem de revender produtos importados comprados no Paraguai

Alvaro Dias quer transformar sacoleiro em microempresário

Relatando sua participação em reunião da Câmara de Comércio de Tecnologia da Informação do Paraguai e conversa telefônica com o presidente do país, Nicanor Duarte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu ontem que o governo brasileiro faça alterações na legislação para permitir que os chamados sacoleiros da cidade fronteiriça de Foz do Iguaçu (PR) se transformem em microempresários. Essas pessoas vivem de revender produtos importados de pequena monta comprados no país vizinho, e a mudança, afirma Alvaro, evitaria que cerca de 500 mil brasileiros fiquem desempregados.

Para o senador, a lei do Simples deveria prever uma taxa especial de impostos para essa atividade. Ele alertou para a crise na fronteira com o Paraguai, em razão do endurecimento da fiscalização alfandegária brasileira. Alvaro acredita que, se os sacoleiros se transformassem em microempresários, 6 milhões de pessoas seriam beneficiadas, incluindo vendedores de produtos importados por todo o país.

Atividade gera 6 milhões de empregos diretos e indiretos, afirma Alvaro Dias

O parlamentar lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Foz do Iguaçu, onde prometeu ajuda à cidade. Por isso, Alvaro acha que o governo não vai se opor a uma emenda ao projeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, em tramitação no Senado Federal, que contemple os sacoleiros entre os trabalhadores com direito à redução dos impostos.

Alvaro Dias defendeu projeto de sua autoria, em tramitação, que cria o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (PLS 181/05), com incentivos fiscais como os concedidos à recuperação do estado do Espírito Santo. O fundo permitiria que os empresários usassem 5% do imposto de renda a pagar para investimentos no município.

Mozarildo reafirma compromisso de lutar por Roraima e pela Amazônia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem, em discurso da tribuna, que sua principal bandeira no Senado continuará sendo a defesa do estado de Roraima e da Amazônia, "a região mais abandonada do país".

O senador citou artigo da jornalista Miriam Leitão no qual ela afirma que o "Brasil tem vivido toda a sua história de costas para a floresta", chamando a atenção para o fato de que, nesta eleição, o tema ambiental "passou batido".

Por outro lado, Mozarildo destaca o fato de o artigo mencionar apenas a floresta, sem tratar dos seres humanos que vivem na região e das atividades possíveis de serem ali desenvolvidas. O senador ressaltou que a região tem 25 milhões de habitantes – uma população superior à da Venezuela – e lamentou que não exista um projeto para a Amazônia.

O parlamentar também se referiu a artigo da jornalista Débora Thomé sobre o Projeto de Gestão das Florestas, elaborado pelo Executivo, que permite a exploração da floresta por 30 anos, pela iniciativa privada. Mozarildo, que se opôs ao projeto, afirmou que a regulamentação da privatização da Amazônia está em processo adiantado.

Fotos: Roosewelt Pinheiro

Mozarildo Cavalcanti lamenta que a região seja "a mais abandonada do país"

– Já existe até um conglomerado de empresas internacionais interessado em arrecadar essas áreas da Amazônia para explorá-las legalmente, porque o governo brasileiro e o Congresso aprovaram uma lei que permite privatizar nossas florestas – protestou.

Embora declarando seu voto a Geraldo Alckmin, o senador considerou inadequado o plano do candidato de salvar a Amazônia impedindo a derrubada de mais árvores. Mozarildo também criticou o presidente Lula, que, segundo o parlamentar, passou quatro anos na Presidência "sem ligar" para a Amazônia.

ACM cobra apuração de denúncias que envolvem o Judiciário da Bahia

Em pronunciamento no Plenário do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou ontem da presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministra Ellen Gracie, providências para que sejam apuradas diversas denúncias envolvendo a Justiça da Bahia.

Antonio Carlos destacou notícia publicada pelo jornal *A Tarde*, de Salvador, segundo a qual o desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia Juarez Santana suspendeu a execução do pagamento de dívida de oito anos da empresa Hélios Agropecuária com o Banco Santander Banespa, decisão que, supostamente, beneficiou o próprio desembargador.

O senador também pediu que o Conselho Nacional de Justiça cobre maior celeridade do Supremo Tribunal Federal (STF) na decisão sobre a nomeação ou eleição de um presidente efetivo para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA). Ele explicou que o presidente foi afastado pelo STF "em virtude de parecer do ministro Sepúlveda Pertence, que não permitiu a assunção do titular ao cargo, por este ter sido eleito de forma ilegal".

Antonio Carlos também pede pressa na nomeação do presidente do TRE baiano

– Uma questão dessas poderia ser resolvida em três ou quatro dias, mas está há mais de 30 ou 40 dias, a pouco tempo da eleição em segundo turno. O conselho deve funcionar. Foi criado no Congresso para isso – concluiu.

Para Azeredo, Lula desconsidera contribuição de governos anteriores

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por atribuir a si mesmo a exclusividade de realizações em áreas de responsabilidade do governo federal, desconsiderando as contribuições de administrações anteriores.

O senador referiu-se especialmente à postura adotada por Lula durante debate com o também candidato à Presidência da República Geraldo Alckmin, promovido pela TV Record, na segunda-feira, no qual, segundo Azeredo, o presidente teria se colocado como o único mentor de transformações pró-inclusão de pessoas com deficiência ocorridas no país nos últimos anos.

Ressaltando a participação de organizações do setor em conquistas que tornaram a sociedade brasileira mais inclusiva, Azeredo citou, entre outros, o Decreto 3.298/99 e a Lei 10.048/00, publicados no governo Fernando Henrique Cardoso.

– A força de mobilização das pessoas com deficiência foi o que impediu que, durante os quase quatro anos de governo do presidente Lula, suas associações deixassem de funcionar, por suspensão do repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) – disse.

Azeredo critica postura do presidente no debate com Alckmin, na TV Record

Em seu discurso, o parlamentar também comentou a compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, da mineradora canadense Inco e defendeu a decisão do governo Fernando Henrique de privatizá-la.

– Para os que criticavam ou se diziam preocupados com a privatização da companhia, o valor em bolsa da Vale deve passar de US$ 59 bilhões para US$ 77 bilhões. Suas vendas anuais passarão de US$ 13,4 bilhões para US$ 18 bilhões – destacou.

Pesar pela morte do jurista José Luiz Bulhões Pedreira

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento, na terça-feira, no Rio de Janeiro, do jurista José Luiz Bulhões Pedreira, conhecido como o "Pai da Lei das Sociedades Anônimas".

Segundo Saturnino, Pedreira se notabilizou pelos trabalhos realizados na área de regulação da atividade econômica, tendo participado da elaboração da legislação que fundamentou a criação do Banco Central, na década de 1960. Teve atuação destacada na consultoria do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de ter sido consultor de vários ministros da Fazenda.

Saturnino lamenta o falecimento do "Pai da Lei das Sociedades Anônimas"

– O Brasil perdeu um de seus maiores juristas. É muito justo que o Senado homenageie sua memória, pela enorme obra que Pedreira produziu no país, balizando a área econômica do ponto de vista legislativo – observou o senador.